Estado do Rio Grande do Sul
Assembleia Legislativa

PARA NUNCA MAIS ESQUECER!

1964 – 2014
50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL

Deputado Raul Carrion
Líder do PCdoB na ALERS

PARA NUNCA MAIS ESQUECER!

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi o partido com o maior número de militantes (mais de uma centena) vitimados pela repressão da ditadura brasileira.

Lincoln Cordeiro Oest, torturado até a morte em 1972

Carlos Danielli, torturado até a morte em 1973

Lincoln Bicalho Roque, morto em 1973

Ângelo Arroyo, assassinado na Lapa em 1976

Pedro Pomar, assassinado na Lapa em 1976

João Batista Drummond morreu sob tortura em 1976

Maurício Grabois, morto em combate no Araguaia em 1973

Osvaldo Orlando da Costa, "Osvaldão", morto em combate no Araguaia em 1974

João Carlos Haas Sobrinho, morto no Araguaia em 1972

Paulo Mendes Rodrigues, morto no Araguaia em 1973

Cilon da Cunha Brum, morto no Araguaia em 1974

José Huberto Bronca, morto no Araguaia em 1974

Gaúchos que participaram da Guerrilha do Araguaia

Maria Lucia Petit, morta no Araguaia em 1972

Helenira Rezende, morta no Araguaia em 1972

Dinaelza Coqueiro, morta no Araguaia em 1974

Expediente

PARA NUNCA MAIS ESQUECER!
50 anos do golpe militar no Brasil
Publicação da Bancada do PCdoB
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
Deputado Raul Carrion (PCdoB)
Líder da bancada
raul.carrion@al.rs.gov.br

Projeto gráfico e editoração gráfica:
Beto Rivera
paulo.rivera@al.rs.gov.br

Impressão:
CORAG

Bancada do PCdoB na ALERGS
Coordenador da Bancada:
Roberto Sum
roberto.sum@al.rs.gov.br
Chefe de Gabinete:
Angelo Zeni
angelo.zeni@al.rs.gov.br
Fones:
(51) 3210.2168
(51) 3210.2965
Fax:
(51) 3210-2163

O Brasil é o único país da América Latina que se recusa a punir aqueles que cometeram crimes em nome do Estado, entre 1964 e 1985. O pretexto é a esdrúxula Lei da Anistia, consagrada pelo STF, que pretende tornar inimputáveis algozes do regime militar.
Ora, como anistiar quem nunca foi julgado e punido? Nós, as vítimas, sofremos prisões, torturas, exílios, banimentos, assassinatos e desaparecimentos. E os que provocaram tudo isso merecem o prêmio de uma lei injusta e permanecer imunes e impunes como se nada houvessem feito?

Frei Betto

A ditadura não foi uma criação de "homens maus"

*Deputado e Historiador Raul Carrion **

Relembrar para que nunca mais se repita

A primeira pergunta que devemos fazer-nos quando examinamos os 21 anos do regime militar no Brasil é por que rememorar? Por óbvio, para educar as antigas e as novas gerações sobre o que ocorreu nesse triste período da nossa história, para evitar a sua repetição. Mas como evitar? Só há um caminho: removendo suas causas de fundo – o sistema social excludente e injusto que existe em nosso país, o autoritarismo e o militarismo.

Para isso é preciso apontar os crimes da ditadura, mas – ainda mais importante – identificar os seus verdadeiros mandantes. Pois o regime militar não foi criação de "homens maus". Foi criação de um sistema de exploração em crise que, para manter-se, precisou assumir uma forma totalitária e repressiva. Expressão disso é a participação de prestigiadas multinacionais e proeminentes líderes empresariais no financiamento e na sustentação da ditadura e de seus aparelhos de repressão e tortura – como a Operação Bandeirantes. Sistema econômico e social que, enquanto não for superado definitivamente, gerará novos monstros.

Denunciar as atrocidades do regime militar é necessário. Mas, mais necessário ainda, é resgatar a resistência do nosso povo – em especial da juventude brasileira – e mostrar o seu papel na derrota da ditadura.

Tenho pena dos "arrependidos", dos que renegam a luta contra o regime militar – em nome de erros reais ou fictícios. Nós, que participamos de forma ativa, desde o início, dessa resistência, devemos orgulhar-nos de tê-lo feito.

A repressão imediata e as primeiras medidas do regime militar

Foto: http://www.pragmatismopolítico.com.br/
Reprodução / Manifesto contra a Folha

Ao contrário do que propalam alguns – como a Folha de São Paulo –, que a ditadura foi "branda", o regime militar se impôs no Brasil através do arbítrio e da violência.

No dia 9 de abril, o AI-1 suspendeu as garantias constitucionais por seis meses, estabeleceu eleições indiretas para presidência da República e deu ao presidente indicado pelo "Comando Revolucionário" o poder de decretar o Estado de Sítio. Foram suspensos os direitos políticos, por dez anos, de 378 pessoas – incluídos três ex-presidentes, seis governadores, quatro ministros do STF, dois senadores, 63 deputados federais, 300 deputados estaduais, inúmeros juízes e desembargadores.

Milhares de opositores ao regime foram presos e torturados. Diversos foram assassinados ou "desaparecidos". Cinco mil Inquéritos Policiais-Militares foram instaurados, envolvendo 40 mil pessoas. Ao longo do tempo, foram indiciadas, com base na Lei de Segurança Nacional, 13.752 pessoas, das quais 7.367 foram levadas ao banco dos réus. Dezenas de milhares tiveram que se exilar ou entrar na clandestinidade. Dez mil funcionários públicos foram demitidos. O expurgo nas Forças Armadas atingiu 112 oficiais, dois mil marinheiros e 800 outros integrantes das três armas.

Houve a intervenção em 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade de Ação (PUA) e as intersindicais foram todas fechadas e proibidas. Inúmeras lideranças sindicais foram demitidas e presas.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) tiveram a sua sede, na Praia do Flamengo, incendiada, e foram proibidas. Seus dirigentes, perseguidos e caçados pelos órgãos de repressão. O mesmo ocorreu com as ligas camponesas e suas lideranças.

Para não deixar dúvidas sobre seus propósitos, os generais – que já haviam destituído o presidente legitimamente eleito pelo povo e rasgado a Constituição – revogaram de imediato a Lei de Remessa de Lucros, diminuíram de 30% para 15% os impostos sobre as mesmas e assinaram um "Acordo de Garantia de Investimentos" com os Estados Unidos, obrigando o Brasil a pagar quaisquer danos às empresas norteamericanas instaladas no país. Os decretos de João Goulart relativos à Reforma Agrária e à desapropriação das refinarias privadas foram anulados. As jazidas de ferro, cujas concessões haviam sido canceladas, foram devolvidas à Hanna Corporation, que ainda recebeu um porto no estado do Espírito Santo.

Montagem do Estado militar e institucionalização da repressão

Conscientes de que, após os primeiros momentos de repressão, era preciso institucionalizá-la, tornando-a "legal", os militares e civis golpistas trataram de criar todo um arcabouço teórico, jurídico e institucional para a perenização da ditadura.

I. Teoria da Segurança Nacional: inicialmente, fizeram da "Teoria da Segurança Nacional", formulada pela Escola Superior de Guerra, a teoria do Estado brasileiro, tendo por centro quatro ideias básicas: 1) O mundo encontrava-se dividido em dois blocos – o soviético e o norte-americano – e era necessário o alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos; 2) A democracia civil era demasiado frágil para os desafios que se punham diante dela; 3) O papel das Forças Armadas era o de enfrentar os inimigos internos, mais do que os externos; 4) O fortalecimento do Poder Nacional dependia da modernização do latifúndio, da formação de fortes grupos monopolistas nacionais e de sua aliança com as potências ocidentais. Concepções que norteiam todo o período do regime militar.

II. Militarização do poder: houve uma hipertrofia e militarização do poder Executivo; além do general-presidente, foram criados seis ministérios militares e o Conselho de Segurança Nacional. Inúmeros outros ministérios passaram a ser ocupados por militares e 18 mil oficiais – da reserva ou da ativa – passaram a ocupar cargos remunerados na administração direta, empresas estatais, autarquias, empresas mistas ou grupos privados. Toda e qualquer autonomia dos estados e municípios foi eliminada, e se impôs a mais profunda centralização econômica na União.

III. Expansão das Forças Armadas e mudança de seus objetivos: estas tiveram um aumento de 160%, passando de 114 mil para mais de 300 mil homens. As polícias estaduais foram militarizadas e colocadas sob o comando do Exército. A prioridade absoluta das Forças Armadas passou a ser a "segurança interna" (apenas 6% do currículo da ESG tratava da defesa das fronteiras nacionais).

IV. Montagem da máquina de espionagem e repressão: o primeiro passo foi a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI) – transformado em 1974 em Ministério –, que chegou a ter à sua disposição 300 mil informantes e um milhão de colaboradores. Chegou a "fichar" 250 mil cidadãos. Em cada ministério foi criada uma Divisão de Segurança e Informações (DSI), e em todos os órgãos governamentais,

autarquias e empresas públicas foi criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Após transformar os antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em centros de repressão e tortura dos opositores ao regime, este fortaleceu ou criou inúmeros serviços de segurança e centros de repressão e tortura – como o CIE, E-2, CISA, A-2, CENIMAR, M-2, DOI-CODI, S-2 das PMs, entre outros. A "Operação Bandeirantes" – financiada por grandes empresas, como o grupo ULTRA, a Ford e a GM – notabilizou-se como o mais terrível centro clandestino de torturas do país.

V. Montagem da estrutura "legal" da ditadura: foram extintos todos os partidos existentes e permitida a criação de apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – com os apoiadores do regime militar – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – a oposição consentida. As eleições para presidência da República e para os governos dos estados passaram a ser indiretas. Os prefeitos de capitais, de municípios considerados de segurança nacional e com estações hidrominerais passaram a ser nomeados. Foi criada a figura da "sublegenda" partidária – cujos votos se somavam para efeito do quociente partidário –, com o claro intuito de abrigar na ARENA as distintas facções rivais que apoiavam o regime. A Constituição de 1946 foi substituída pela "constituição outorgada" de 1967, seguida pelas leis de "Segurança Nacional", de "Imprensa", "Antigreve", etc.

VI. Castração do Legislativo: além da ameaça permanente de cassação do mandato dos parlamentares – o que foi feito em diversas ocasiões – e do fechamento do Congresso e das Assembleias Legislativas a qualquer momento – o que aconteceu por quatro vezes –, os legislativos foram privados de várias atribuições, entre elas a de modificar o orçamento proposto, e tiveram suas CPIs limitadas e restritas ao prédio do Congresso. A criação dos "decretos-lei" e dos "decretos secretos" diminuiu ainda mais o papel dos legislativos.

VII. Subordinação do Judiciário: a cassação de inúmeros juizes, o fim da inamovibilidade e vitaliciedade dos juizes, a ampliação do número de membros dos tribunais – para possibilitar ao regime militar a nomeação de juízes da

sua confiança –, o julgamento de civis pela Justiça Militar, o permanente desrespeito das normas legais da própria ditadura (84% dos presos eram mantidos incomunicáveis e 12% fora dos prazos legais), fizeram do Judiciário um simulacro em nosso país.

VIII. Uso indiscriminado do terror contra a oposição: dezenas de milhares de brasileiros passaram pelas prisões e sofreram torturas; mais de dez mil foram exilados e 128 banidos do país. Quase 500 foram mortos – muitos nas torturas ou com requintes de crueldade, como a degola dos guerrilheiros do Araguaia – ou simplesmente "desapareceram". Tamanha violência era motivada não só pela busca de "informações", mas também tinha o objetivo de criar um clima de "terror" que desanimasse qualquer resistência.

Institucionalização da repressão aos movimentos populares

Devido ao seu maior nível de organização e luta – o que se comprovou nas primeiras ações de resistência à ditadura –, os movimentos sindical e estudantil enfrentaram uma ação planejada do governo ditatorial, com o objetivo do seu desmantelamento e da criação, nesse âmbito, de movimentos "pelegos" de apoio ao regime. Só entre 1964 e 1979, mais de cinco mil trabalhadores foram presos; dez mil foram banidos ou expulsos da vida sindical; ocorreram 1.565 intervenções, dissoluções ou anulação de eleições em entidades sindicais (70% dos sindicatos com mais de cinco mil sócios e 38% dos sindicatos entre mil e cinco mil sócios sofreram intervenção). Até 1971, 30 mil sindicalistas foram treinados pelo ICT e pelo IADESIL – entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano – no Brasil e nos Estados Unidos para se contrapor aos "subversivos".

Nas eleições sindicais passou a ser exigido um "atestado ideológico", fornecido pelo DOPS, cabendo ao Ministério do Trabalho a aceitação ou não da inscrição das chapas. Foi feito um grande esforço com o objetivo de descaracterizar os sindicatos como órgãos de luta dos trabalhadores e para transformá-los em entidades de caráter assistencialista, voltadas ao atendimento médico e dentário e às atividades de lazer. Por exigência dos capitais estrangeiros, a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho – que havia sido essencial para a criação de um movimento sindical forte – foi substituída pelo FGTS.

Através da "Lei Suplicy" foram extintas a União Nacional dos Estudantes, as Uniões Estaduais dos Estudantes, as Federações Universitárias e os Centros Acadêmicos, e criada uma nova estrutura atrelada ao Ministério da Educação – DNE, DEEs, DCEs, DAs. Da mesma forma, foi extinta a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e os Grêmios Estudantis foram colocados sob a tutela das direções das escolas. Os estudantes responderam mantendo suas entidades históricas – como a UNE, a UBES – na clandestinidade, ao mesmo tempo em que nos níveis inferiores buscaram colocar as entidades instituídas pela ditadura nas mãos de lideranças legítimas. Diante das crescentes mobilizações estudantis, o governo militar promulgou o Decreto-Lei nº 477, determinando a expulsão dos estudantes envolvidos em atividades "subversivas" e, com o Decreto-Lei nº 464, impôs o "jubilamento" (afastamento definitivo) dos estudantes que tivessem um aproveitamento escolar inferior ao definido, o que, na maior parte das vezes, vitimava aqueles que participavam ativamente das lutas estudantis.

A repressão à intelectualidade e à liberdade de imprensa

A repressão nas universidades não se limitou aos estudantes. Em abril de 1964, o ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituiu as comissões especiais de investigação sumária, com o objetivo de expurgar das universidades os professores "subversivos".

Em setembro de 1964, foram dispensados, exonerados ou aposentados 17 professores da UFRGS – entre eles Ernani Maria Fiori, Cláudio Accurso, Temperani Pereira, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro, Edvaldo Paiva, Cibilis da Rocha Viana, Ajadil de Lemos, Ápio Antunes e Antônio de Pádua da Silva.

Em outubro de 1964, os expurgos chegaram à Universidade de Brasília: 15 professores foram sumariamente demitidos. No dia seguinte, 223 professores (90% dos efetivos) demitiram-se em solidariedade aos expurgados. Em abril de 1969, foram aposentados compulsoriamente três professores da USP, entre eles, Florestan Fernandes. Diante dos protestos da comunidade docente, o próprio Reitor e outros 23 professores foram demitidos.

Os protestos de professores e alunos no Rio Grande do Sul, diante dessas arbitrariedades, levou a uma nova onda de expurgos na UFRGS. Em agosto de 1969, foram aposentados ou exonerados 14 professores, entre os quais Gerd Bornhein, Ernildo Stein, João Carlos Brum Torres, Leônidas Xausa, Joaquim Felizardo e Carlos Fayet. Em outubro do mesmo ano, outros seis professores da UFRGS foram aposentados por terem manifestado solidariedade aos expurgados: Carlos de Britto Velho, Victor de Britto Velho, Carlos Cirne Lima, Dionísio Toledo, Reasylvia Kroeff de Souza e Maria da Glória Bordini. Ainda em 1969, outros quatro professores se demitiram em solidariedade para com os colegas expurgados, entre ele o prof. Antônio Cheuiche, que viria a ser Bispo Auxiliar de Porto Alegre.

Entre tantos renomados intelectuais e artistas perseguidos, presos e/ou exilados pelo regime militar, podemos citar ainda Paulo Freire, Celso Furtado, Josué de Castro, Oscar Niemeyer, Mário Schenberg, José Leite Lopes, Milton Santos, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Edu Lobo, Mario Lago, Dias Gomes e Paulo Gracindo.

Mas não cessaram aí as medidas destinadas a eliminar do ensino e da cultura do país as ideias progressistas. A disciplina de História foi substituída pelas disciplinas de "Educação Moral e Cívica" e "Organização Social e Política Brasileira", nos moldes do pensamento militarista dominante. As disciplinas de Filosofia e Sociologia foram eliminadas dos currículos escolares, por serem "subversivas". Os Acordos MEC-USAID e a "reforma universitária" imposta pelo regime militar geraram uma educação acrítica, fragmentada, tecnicista, autoritária e colonizada. O congelamento das vagas nas universidades públicas incentivou a expansão acelerada do ensino privado.

O ataque à cultura e à liberdade de pensamento se expressou, ainda, na censura a cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros, 100 revistas, mil letras de músicas, 12 novelas de TV e 20 programas de rádio. À medida que avançava a luta contra a ditadura, os principais jornais do país – mesmo os conservadores – passaram a sofrer censura prévia. A perseguição a jornalistas e a artistas se ampliou, obrigando muitos ao exílio. Alguns foram presos e mortos. Ao mesmo tempo, foi um período de grande difusão da cultura norte-americana no nosso meio e de criação de grandes monopólios nos meios de comunicação – apoiados pelo regime militar – do que a Rede Globo é o maior exemplo. Heranças que a democratização do país e o tempo ainda não apagaram.

As primeiras ações de resistência ao regime militar (1964-1968)

Já em 1964 surgiram as primeiras mobilizações estudantis em defesa de suas entidades e da autonomia universitária, assim como protestos de intelectuais e religiosos progressistas. A derrota do regime militar nas eleições de 1965, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, levou ao Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos existentes, instituiu eleições indiretas para a presidência da República e deu poderes ao ditador de plantão para fechar o Congresso a qualquer momento.

As primeiras manifestações de rua contra o regime militar ocorreram em 1965, encabeçadas pelos estudantes – por mais vagas nas universidades públicas, contra o aumento do preço das refeições nos restaurantes universitários, contra os acordos MEC-USAID, contra o Decreto-Lei 477. Em Porto Alegre, a tradicional "Passeata dos Bixos" (calouros) transformou-se em uma criativa manifestação contra o regime militar.

O AI-3, em fevereiro de 1966, impôs eleições indiretas para os governadores e o AI-4 criou o Colégio Eleitoral e os decretos-lei por decurso de prazo, restringiu a autonomia dos estados e delegou ao Congresso mutilado os poderes de Assembleia Constituinte para aprovar a constituição outorgada pelos generais.

Apesar de proibida, a UNE realizou, em julho de 1965, em São Paulo, seu 27º Congresso, que reorganizou a entidade. Em julho de 1966, em Belo Horizonte, realizou o seu 28º Congresso, onde lançou o "Movimento Contra a Ditadura" e marcou para 22 de setembro o "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura". Nessa data, ocorreram grandes manifestações em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

No campo oposicionista, os setores "conciliadores" passaram a defender a não-radicalização da luta e uma aliança com os setores mais "brandos" da ditadura, para combater a "linha dura". Já os setores mais consequentes propunham a ampliação e a radicalização da luta contra o regime militar. Em março de 1967, Costa e Silva – da "linha dura" – sucedeu Castelo Branco como ditador de plantão.

A partir de 1967, o movimento sindical também começou a dar sinais de reanimação. O "Movimento Intersindical Antiarrocho" (MIA) realizou diversos atos em defesa dos salários em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em outros estados. As comemorações não-oficiais do 1º de Maio se multiplicaram. Chapas de oposição passaram a disputar a direção dos sindicatos com os pelegos. Ainda em 1967, a UNE realizou o seu 29º Congresso, em São Paulo, articulando as lutas estudantis em todo o país.

Mas o primeiro grande movimento de massas contra a ditadura ocorreu em 1968. Em 28 de março, foi assassinado - em uma manifestação no Rio de Janeiro - o secundarista Edson Luís. As mobilizações estudantis em todo o país, em protesto pela sua morte, culminaram, em junho de 1968, na "Passeata dos Cem Mil" – reunindo estudantes, artistas, intelectuais, religiosos, líderes sindicais e políticos –, em uma grande manifestação contra a ditadura. O 1º de Maio da Praça da Sé, em que as autoridades foram corridas do palanque pelos trabalhadores; as greves metalúrgicas de Osasco/SP e de Contagem/MG; a paralisação dos canavieiros de Pernambuco; tudo isso expressava o crescente isolamento do regime militar. Acuada, a ditadura respondeu com o recrudescimento da repressão e a fascistização do regime. Em outubro de 1968, o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, é descoberto, e 1.240 estudantes são presos pelos órgãos de repressão do regime.

A luta contra o fascismo (1969-1974)

Em 13 de dezembro de 1968, sob o pretexto de que um pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves havia sido desrespeitoso às Forças Armadas, o regime militar editou o AI-5, fechando o Congresso Nacional por tempo indeterminado, além de seis Assembleias Legislativas e dezenas de Câmaras Municipais.

1. CONGRESSO EM RECESSO POR TEMPO INDETERMINADO
2. HABEAS-CORPUS SUSPENSO PARA DELITOS POLÍTICOS
3. PODER PARA CASSAR, DEMITIR, APOSENTAR E REMOVER

ATO-5: OBJETIVO É MANTER REVOLUÇÃO

Última Hora

REI NÃO FOI DEPOSTO: PELÉ VAI À FORRA COM VICE-CAMPEÃO MUNDIAL

CRISE NÃO AFETOU FINANÇAS E PRAIA

Foram cassados os direitos políticos de 4.877 opositores – entre eles 110 deputados federais, seis senadores, um governador, 161 deputados estaduais, 22 prefeitos, 22 vereadores e três ministros do STF. O AI-7, em fevereiro de 1969, suspendeu as eleições em todos os níveis, em todo o país. A Lei de Segurança Nacional e a Constituição incorporaram a pena de morte, o banimento, a prisão perpétua, a ampliação dos prazos de incomunicabilidade dos presos e a suspensão do habeas corpus. As torturas e os assassinatos generalizaram-se. Em outubro de 1969, Costa e Silva, vítima de uma trombose, foi substituído pelo general Garrastazu Médici.

Com o AI-5 e o recrudescimento da repressão, os espaços institucionais de luta reduziram-se ao mínimo. A oposição legal foi calada. A euforia do milagre econômico, com base no endividamento acelerado, anestesiou momentaneamente amplos setores da população.

Mesmo assim, nas eleições de 1970, 46% dos eleitores protestaram anulando o seu voto, votando em branco ou abstendo-se. Ações armadas urbanas, realizadas por grupos "foquistas", se multiplicaram, mas, desligadas das massas, acabaram sendo aniquiladas pela repressão.

Em abril de 1972, na confluência dos estados do Pará,

Goiás e Maranhão, surgiram as "Forças Guerrilheiras do Araguaia" – após seis anos de preparação –, um processo de guerrilha rural inspirado nas experiências da China e do Vietnã, sob a direção do PCdoB. Depois de três grandes operações militares das Forças Armadas – que mobilizaram mais de 20 mil homens das três armas e utilizaram desde o confinamento das populações civis até a tortura generalizada e a degola –, a guerrilha do Araguaia acabou sendo derrotada, em fins de 1974.

Mas o "milagre econômico" já havia terminado, em consequência da crise da dívida externa e da crise do petróleo. Crescia o isolamento social do regime, cada vez mais sustentado somente na força das armas. A resistência ao regime, ainda que derrotada, não fora em vão.

Da "abertura" ao fim do regime militar (1974-1985)

O general Ernesto Geisel, que assumira em 1974, percebeu o isolamento da ditadura e tentou – através do que chamou de "distensão política" lenta, gradual e segura – ampliar sua base de apoio. Buscava, na verdade, institucionalizar o regime, dando-lhe uma sobrevida.

Nas eleições de 1974, essa "abertura política" sofreu o teste das urnas. Em um clima de relativa liberdade, o MDB e a ARENA apresentaram suas propostas em programas de TV de grande audiência. O MDB obteve 14,5 milhões de votos contra apenas 10,1 milhões da ARENA, elegendo 16 dos 21 senadores e a maioria das Assembléias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas e Acre.

A partir de então, o avanço da luta contra a ditadura tornou-se irresistível e o regime perdeu o controle da chamada

"abertura". As bandeiras da "Anistia", da "Constituinte" e do "Fim dos Atos de Exceção" centralizaram a luta. Nem a "Lei Falcão", nas eleições de 1976, nem o "Pacote de Abril de 1977" – que fechou o Congresso Nacional, cassou inúmeros parlamentares, criou os senadores "biônicos", aumentou o número de deputados federais dos pequenos estados, cancelou as eleições de governadores e ampliou o mandato presidencial para seis anos – conseguiram detê-la.

Nas eleições de 1978, o MDB fez 18,5 milhões de votos contra 13,6 milhões da ARENA, mas, devido ao "Pacote de Abril", só elegeu oito senadores, contra 36 da ARENA (incluídos os biônicos). As lutas operárias de 1978 e 1979, a conquista da Anistia em 1979, o profundamento da crise econômica da ditadura, as dissensões no seio dos militares, a grande campanha das "DIRETAS JÁ" são alguns dos acontecimentos que culminaram na redemocratização do país em 1985, os quais não tratamos neste ensaio, voltado ao relato dos crimes da ditadura, por falta de espaço.

Conclusão

O regime militar, que durante 21 anos massacrou o povo brasileiro, ampliou a concentração da terra, incentivou a monopolização da economia, concentrou renda e atrelou o país ao grande capital internacional, foi fruto de um sistema de exploração e de opressão que, enquanto não for definitivamente superado, causará a infelicidade da nação.

O fim da ditadura militar não se deveu à bondade dos generais, ao espírito democrático das nossas elites ou aos conciliadores de sempre. Deveu-se, isso sim, à luta destemida do nosso povo – nas ruas, nas escolas, nos campos, nas fábricas, na cultura e na arte –, em especial da nossa juventude. Os sacrifícios da sua resistência, mesmo quando erraram, não foram em vão.

** Raul Carrion é historiador e deputado estadual pelo PCdoB-RS. O presente artigo foi escrito originalmente para o livro 'Os Anos de Chumbo', publicado em 2011, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

ANEXO I

Entrevista com Tarso Genro

"O poder Judiciário ainda deve ao país uma decisão sobre a questão da tortura"

A presente entrevista foi publicada na Revista Princípios nº 129 de fev/mar de 2014, páginas 51 a 53. Gentilmente cedida pela Editôra Anita Garibaldi.

Quando foi ministro da Justiça, entre 2007 e 2010, Tarso Genro externou a opinião de que os agentes da repressão que cometeram o crime de tortura durante o regime militar violaram a ordem jurídica da própria ditadura e não deveriam ser beneficiados pela anistia, deveriam pagar por seus crimes.

A opinião do então ministro provocou a ira de generais de pijama que logo trataram de organizar um ato de repúdio no mofado Clube Militar do Rio. Do lado de fora, centenas de estudantes militantes davam apoio às declarações de Tarso.

O assunto continua dividindo opiniões até hoje, mas a de Tarso Genro não mudou. Em entrevista (por email) para Princípios, o agora governador do Rio Grande do Sul é enfático ao reafirmar: "Continuo totalmente convicto da justeza desse posicionamento, e entendo, inclusive, que hoje há uma maior consciência na sociedade, no poder judiciário, sobre a justeza dessas posições."

Advogado com sólida formação intelectual, Tarso Genro defende um conceito mais avançado de anistia: "Anistia originalmente é o perdão do Estado, na visão que nós desenvolvemos e foi acolhida pelo governo Lula e por todos os grupos institucionais e não-institucionais que tratam da questão da anistia traduz-se no seguinte: o Estado é que pede perdão, o Estado é que pede desculpas (...) pela violência com que tratou aqueles que resistiram ao regime", diz.

Confira, a seguir, a íntegra da entrevista:

Princípios: O senhor teve uma ativa militância em organizações de esquerda na época da Ditadura, participando da resistência democrática. Conte-nos um pouco sobre esta experiência.

Tarso Genro: Na época da Ditadura, militei, em seqüência, no PCdoB. Logo após formamos a ala vermelha. Depois disso, de quase dois anos de exílio, voltei e comecei a participar da chamada esquerda do PCdoB. Depois, fundamos o Partido Revolucionário Comunista, no começo da década de 1980. Portanto, estive no movimento comunista, sempre numa relação que se estuda o eixo PCdoB, partidão e organizações comunistas, ou pequenas organizações comunistas formadas dentro dessa cultura. Durante a Ditadura, militei no PMDB, na face legal da atuação, depois no PT. A partir de 1989, o PRC se dissolveu e passamos a militar exclusivamente no Partido dos Trabalhadores. A experiência de participação na clandestinidade está dirigida para três frentes, principalmente: Uma atuação junto aos sindicatos, organizando o movimento sindical pela esquerda e célula dos partidos que eu participei; Uma participação bastante intensa no meio da intelectualidade, a partir da utilização de categorias Marxistas, tanto na critica literária, quanto na teoria do direito; E uma relação com a legalidade através de candidaturas que levavam as mensagens da clandestinidade para a legalidade. Esse processo é um processo que se esgota politicamente com a constituinte, em 1988, e depois traz todos os militantes da clandestinidade para os partidos legais ou para a legalização dos seus partidos, como é o caso do PCdoB.

Durante a Ditadura, militei no PCdoB, a seguir fundamos o PRC e em seguida no PMDB na face legal da atuação, e depois no PT. A partir de 1989, o PRC se dissolveu e passamos a militar exclusivamente no Partido dos Trabalhadores.

Princípios: Quando o senhor foi ministro da Justiça disse que a tortura é crime imprescritível e inanistiável. E defendeu o julgamento dos que cometeram crimes durante a Ditadura

Militar. O Clube Militar do Rio chegou a fazer um ato público contra suas declarações. Alguns setores do próprio campo democrático não respaldaram esta sua tomada de posição.O senhor continua convicto da justeza deste posicionamento?

Tarso Genro: Continuo totalmente convicto da justeza desse posicionamento, e entendo, inclusive, que hoje há uma maior consciência na sociedade, no poder judiciário, sobre a justeza dessas posições. Quando nós estamos tratando de tortura, é incompatível nós concebermos que a tortura tem algum nexo com delito de natureza política. Essa vinculação da tortura com crime de natureza política foi uma forma através da qual a ditadura, num ato de promoção de anistia, quis encobrir todas as ações cometidas pelos seus agentes na clandestinidade do próprio regime. Que formalmente, e que legalmente também não admitia tortura, embora fosse um regime de força e um regime que inclusive se amparava em aparatos irregulares para combater o movimento democrático e a combater os movimentos socialistas e comunistas da época. Portanto, o Brasil ainda deve, e o poder judiciário ainda deve ao país, uma decisão sobre essa questão. Não se trata, sequer, de colocar essas pessoas na cadeia, porque provavelmente todas estão muito velhas, outras já desapareceram, mas fazer com que fique transparente o que aconteceu na ditadura militar e não permitir que inclusive essas pessoas, que se escudaram no regime para cometer esses atos de barbárie, possam utilizar hoje as forças armadas como respaldo para aquilo que elas fizeram na época. É também uma mudança cultural, um aparato de segurança, que terá um efeito altamente positivo para a democracia se nós tornarmos esses crimes transparentes e essas pessoas serem expostas ao conhecimento público.

O Estado não tem que perdoar os que resistiram, tem é que pedir desculpas pela violência com que tratou aqueles que resistiram ao regime.

Princípios: *Países vizinhos como Argentina, Chile e Uruguai têm tido iniciativas e aprovado*

legislações muito mais avançadas que o Brasil na punição dos crimes cometidos na Ditadura. Por que o Brasil não consegue avançar mais neste sentido?

Tarso Genro: O Brasil não consegue avançar nesse sentido, porque a nossa transição foi uma transição conciliada. Nós não podemos esquecer que tivemos como primeiro presidente da republica, na democracia brasileira, quem era o presidente do partido da Ditadura, o presidente da Arena, que foi o presidente Sarney, que mudou de posição política e acompanhou o movimento democrático, inclusive conferindo até a legalidade ao PCdoB. Esse processo conciliatório, que dissolveu, por assim dizer, gradativamente a ditadura no país gerou relações de compromisso no âmbito da política, inclusive em setores democráticos avançados, de que aquilo que tinha acontecido na Ditadura era um tabu. Então, houve um grande pacto de silêncio e de omissão em relação ao passado. Por isso o Brasil custa a avançar nessas questões, o que não aconteceu na Argentina, Chile e Uruguai, onde esse pacto não foi um pacto explicitado nas relações políticas que se deram na legalidade depois da abertura dos regimes militares.

Nós não podemos esquecer que tivemos como primeiro presidente da republica, na democracia brasileira, quem era o presidente do partido da Ditadura.

Princípios: A Comissão Nacional da Verdade só foi constituída no governo Dilma. Houve resistência a esta iniciativa no governo Lula? Como o senhor avalia o trabalho e os desafios da Comissão Nacional da Verdade?

Tarso Genro: Eu acho que a Comissão Nacional da Verdade está prestando um grande papel, está prestando um grande serviço a uma ação, mas os seus efeitos têm que ser, na verdade, absorvidos e compreendidos a longo prazo. Nós não podemos supor que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade vai esgotar todas as questões referentes aos crimes da Ditadura aqui no Brasil. Pelo contrário, isso é o início de um processo, que ao mesmo tempo é um processo de investi-

gação, de luto, de reconhecimento e de democratização das instituições públicas. Nós como, ministros da justiça, mudamos o conceito de anistia. Anistia originalmente é o perdão do Estado, na visão que nós desenvolvemos e foi acolhida pelo governo Lula e por todos os grupos institucionais e não-institucionais que tratam da questão da anistia traduz-se no seguinte: o Estado é que pede perdão, o Estado é que pede desculpas. O Estado não tem que perdoar os que resistiram, tem é que pedir desculpas pela violência com que tratou aqueles que resistiram ao regime. Esse é um conceito que nós introduzimos na dialética política brasileira e que está vigente até hoje. E eu tenho muito orgulho disso.

Os vencedores que suprimiram a resistência democrática ... suprimiram ilegitimamente... sacrificando a democracia.

Princípios: Em 2009 o senhor esteve em São Domingos do Araguaia, no Sul do Pará, quando a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça anunciou a concessão de anistia política a camponeses perseguidos na época da Guerrilha do Araguaia, e disse que o Estado reconhecia o comportamento delituoso contra parte da população na época da Ditadura Militar. Ao fazer isso, segundo o senhor, o Estado estabelecia as condições da paz e da reconciliação. Como analisa essa formulação agora?

Tarso Genro: Acho que a formulação que eu fiz em 2009, em pleno palco da Guerrilha do Araguaia, ela mantém toda a sua atualidade. É impossível, em uma conciliação, sem que haja o reconhecimento da verdade, e as condições de paz e de conciliação só podem ser obtidas a partir de uma concepção de justiça, de um certo tipo de justiça, de transição, que faça o reconhecimento de que vencedores e vencidos tinham lados que eram visíveis. E que os vencedores que suprimiram a resistência democrática e os movimentos socialistas e comunistas, suprimiram essas resistências, esses movimentos, ilegitimamente, porque suprimiram sacrificando a democracia, suprimiram ofen-

dendo os direitos humanos, e suprimiram atrasando política e economicamente o país. Então é necessário que se faça justiça pra que haja conciliação e reconhecimento recíproco, inclusive, do papel que as partes tiveram nesse processo. Os que resistiram têm sua vida exposta, foram julgados, foram apresentados publicamente, muitas vezes, foram assassinados, foram torturados. Agora, os que cometeram esses delitos a partir do Estado, cometeram a partir de uma visão de que o Brasil não estava maduro para a democracia e que tinha que combater a resistência popular, porque isso significava construir um país novo. Tudo era uma fraude, como se viu. O país começou a ser construído a partir da Constituição de 1988.

Que hoje nós temos uma democracia que não é transparente, não temos controle público do Estado.

Princípios: Durante seu mandato como governador do Rio Grande do Sul foi constituída uma Comissão Estadual da Verdade. O senhor se empenhou pessoalmente para que ela fosse instalada? Quais são as diretrizes de atuação e como estão caminhando os trabalhos da Comissão?

Tarso Genro: A Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul tem por objetivo analisar, no RS, em relação aos órgãos de polícia e órgãos de informação do Estado, em que esses órgãos contribuíram para dar solidez à Ditadura e apurar os delitos, os crimes que foram cometidos e expô-los publicamente, além de montar um arquivo sobre o comportamento da estrutura estatal do RS, das suas forças policiais, na época do Regime Militar. Essas diretrizes estão sendo encaminhadas, as pessoas estão sendo ouvidas, o material está sendo recolhido. E esse material todo vai ser entregue à Comissão Estadual da Verdade.

Princípios: Há hoje um razoável clamor na sociedade pela ampliação e aperfeiçoamento da democracia. Na opinião do senhor, o que deve ser feito para fortalecer a democracia brasileira?

Tarso Genro: Eu acho que a democracia brasileira vai se fortalecer com um novo processo constituinte no Brasil. Seja um processo constituinte específico para fazer uma reforma política, seja um novo processo constituinte para reformar e reatualizar a constituição política do Brasil. Que hoje nós temos uma democracia que não é transparente, não temos controle público do Estado. O Estado brasileiro é um Estado que responde lentamente, tem capacidade de responder lentamente as demandas sociais, e é necessário que ele seja totalmente reformado e atualizado. Qual é a essência desse novo projeto democrático republicano? É combinar a democracia direta, a democracia conselhista, dos conselhos que já existem no país, a democracia participativa em geral, com a democracia representativa, fazendo com que uma energize a outra, e a democracia política possa reconquistar o Estado, que hoje está capturado pelo capital financeiro, para que o Estado possa construir grandes políticas públicas orientadas pela sociedade, pela representação política e não seja um peão do capital financeiro. Isso serve não só para o Brasil, serve para toda a América Latina. Hoje existe uma tutela, praticamente, normativa, do capital financeiro sobre a vida dos Estados, sobre as ações dos Estados, sobre como os recursos dos Estados devem ser empregados. Essa tutela é uma tutela que só interessa ao grande sistema financeiro privado internacional.

O governador Tarso Genro assina ato de nomeação da Comissão Estadual da Verdade no Rio Grande do Sul, destinada a facilitar o acesso da sociedade a documentos oficiais da ditadura militar.

ANEXO II

Festa não, velório

Editorial do jornal Tribuna da Luta Operária (nº 161/abril de 1984), quando da passagem dos 20 anos do golpe

Comício pelas DIRETAS-JÁ em Porto Alegre

As comemorações sobre os 20 anos do golpe de 1964 serão confinadas dentro dos quartéis. Os generais não têm mais como sair às ruas para apregoar as maravilhas da ditadura. Não existe mentira capaz de tapar o mau cheiro, que exala por todo lado, do imenso mar de corrupção implantado pela ditadura. Não existe mágica que possa iludir o desespero e a fome dos trabalhadores, desempregados ou trabalhando a troco de uma salário indigno. insuficiente para as necessidades mais elementares. Não existe malabarismo suficiente para desviar a atenção do país escandalizado pela mais ignominiosa traição à pátria, com a submissão do governo aos ditames do FML O povo vai ás ruas hoje, aos milhões, exatamente para repudiar tudo isto. para exigir o fim imediato do regime implantado pelos generais e conquistar eleições diretas já.

Mas nem mesmo dentro dos quartéis haverá propriamente uma comemoração. A crise é de tal envergadura que mesmo nas altas cúpulas das Forças Armadas espalha-se a discórdia e a disputa. Basta ver o episódio recente do almirante Maximiano, rifado do ministério da Marinha. Na sua despedida em Brasília compareceram os ministros e a alta oficialidade da Marinha e da Aeronáutica, com a ausência do Exército. E no Rio 600 oficiais da Marinha prestaram uma sintomática solidariedade a Maximiano.

Dentro do próprio Palácio do Planalto reina o desentendimento. Até os chamados ministros da casa estão envolvidos num cipoal de contradições. Incapaz

de enfrentar os gravíssimos problemas do pais, desmoralizado e isolado, o governo está paralitico. Sua única atividade na verdade é a busca desenfreada de uma fórmula continuista para o regime.

A maré oposicionista cresceu tanto, as massas nas ruas ganharam tal ímpeto; e as dissenções no governo alcançaram tamanha amplitude, que o próprio vice-presidente Aureliano Chaves afirmou, na última segunda-feira, dia 26, sentir prenúncios de uma crise institucional.

Crise da dívida externa, crise da inflação, crise do sistema financeiro, crise do BNH, crise em todos os terrenos da sociedade. Este é o retrato fiel do golpe de 1964 ao completar estes intermináveis 20 anos. E como catalizador de tudo isto, gerando uma situação explosiva, desenrola-se a tumultuosa novela da sucessão presidencial. Ai estão os ingredientes que prenunciam a crise institucional farejada pelo vice-presidente, que continua no jogo incoerente de falar pelas diretas e ao mesmo tempo manobrar com o Colégio Eleitoral.

Desta forma, não haverá festa. O clima é de velório. Mas o defunto não irá para a cova por suas próprias pernas. Os generais negam-se a reconhecer o óbito evidente e tramam inclusive a manutenção do corpo do regime em putrefação, a despeito do repúdio unânime de mais de 95% dos brasileiros.

O desfecho favorável desta cena macabra depende portanto da iniciativa das forças democráticas — em particular dos trabalhadores, para vencer os temores e vacilações ainda existentes na oposição.

Neste 1º de abril, o povo não tem porque ficar em casa. Cada operário, cada trabalhador, patriota e democrata tem a responsabilidade de "comemorar" estes 20 anos de opressão trabalhando com afinco para virar esta página negra de nossa história e abrir um novo capitulo de liberdade e progresso para a nossa pátria. E a forma mais eficiente e prática de realizar isto neste momento é fortalecendo a batalha pelo voto direto. Se cada brasileiro se dedicar a organizar um comitê, juntando os amigos, colegas de trabalho, vizinhos, companheiros de luta, em todo o Brasil ganhará força redobrada a exigência: **Fora Figueiredo! Diretas já!**

ANEXO III

As causas do golpe de 1964

*Osvaldo Bertolino**

O título do editorial do jornal Correio da Manhã que circulou no dia 31 de março de 1964, há exatamente 47 anos, sintetizou numa palavra o desejo da elite brasileira naquele dia: "Basta!". No dia seguinte, 1º de abril, o jornal repetiu a dose: "Fora!". A mídia vinha entoando um coro muito bem afinado contra o governo do presidente João Goulart e incitando o golpe.

A Folha de S. Paulo do dia 27 de março de 1964, em editorial intitulado "Até quando?", indagou: "Até quando as forças responsáveis deste país, as que encarnam os ideais e os princípios da democracia, assistirão passivamente ao sistemático, obstinado e agora já claramente declarado empenho capitaneado pelo presidente da República de destruir as instituições democráticas?" O jornal O Estado de S. Paulo do dia 14 de março disse: "(...) Depois do que se passou na Praça Cristiano Ottoni (...), após a leitura dos decretos presidenciais que violam a lei, não tem mais sentido falar-se em legalidade democrática, como coisa existente."

No dia anterior, cerca de duzentas mil pessoas participaram do famoso comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual foi anunciado que o presidente acabara de assinar, no Palácio das Laranjeiras, o Decreto da Supra (Superintendência da Política Agrária), que propunha um plano de desapropriação dos latifúndios improdutivos acima de 500 hectares, por interesse social. O presidente mexeu num vespeiro. No dia 19 de março de 1964 — dia de São José, padroeiro da família — mulheres ricas paulistas lideraram a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", incitando o golpe militar. Em nome da família, de Deus e da liberdade o movimento estava defendendo os interesses terrenos dos latifundiários, banqueiros e industriais.

Presidente Goulart: — A Constituição Deve Ser Revista

Ultima Hora

FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL

O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA

Comício da Central do Brasil: Jango mexeu num vespeiro.

No dia seguinte, o jornal O Globo comentou: "Sirva o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe soluções contrárias ao ideal democrático e ensejando a tomada do poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assistirá de braços cruzados aos sacrifícios das instituições."

Diplomacia do governo Goulart irritava Washington

Essa onda começou a se levantar já no governo Jânio Quadros, quando a política externa brasileira não se alinhou ao anticomunismo que os Estados Unidos exportavam para a América Latina — principalmente após a revolução cubana. Quando o presidente condecorou o líder revolucionário "Che" Guevara com a Ordem Cruzeiro do Sul, os protestos direitistas se levantaram com força.

Para o imperialismo norte-americano e seus aliados internos, a simpatia que a revolução cubana despertava nos povos da região era um fato novo que precisava ser combatido antes de maiores conseqüências. Em 1963, a OEA (Organização dos Estados Americanos), que Fidel Castro chamava de "Ministério das Colônias de Washington", aprovou uma resolução, por 14 votos contra um e quatro abstenções, pedindo aos governos maior controle da "subversão comunista no hemisfério".

Em 1962, quando o governo norte-americano acelerou a ofensiva para tentar varrer os movimentos comunistas do continente, as posições diplomáticas do governo Goulart irritavam Washington. Os Estados Unidos organizavam encontros de chanceleres para discutir a situação em Cuba e o Brasil sempre manifestava-se contra as medidas propostas.

Na OEA, o representante brasileiro votou contra a expulsão de Cuba da organização. E os prepostos do imperialismo no Brasil manifestavam sua fúria contra o governo sem meias palavras. A cada lance dessa queda-de-braço, as organizações anticomunistas, amplamente apoiadas pela mídia — o jornal Tribuna de Imprensa, por exemplo, anunciou em manchete que a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" foi uma "gigantesca passeata anticomunista" —, tornavam-se mais histéricas.

Organizações minúsculas e barulhentas

Organizações minúsculas e barulhentas começaram a brotar como cogumelos depois da chuva — uma tática dos conservadores para divulgar a imagem de que suas idéias expressavam a vontade popular. Outra tática adotada pelos golpistas foi a de organizar as mulheres das classes médias e altas para consolidar a idéia de um movimento em defesa da família, ameaçada pelos comunistas.

Antes, os conservadores criaram uma onda de que o "comunismo" estava às portas do poder com a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Os comunistas haviam apoiado Goulart nas campanhas para vice-presidente em 1955 e 1960 e os ministros militares tentaram impedir sua posse. Eles divulgaram um manifesto no qual disseram que no governo do vice de Jânio Quadros as Forças Aramadas seriam "transformadas" em "simples milícias comunistas".

Nessa linha golpista, os jornais carregavam na tinta para agitar febrilmente a bandeira anticomunista. A viagem do presidente à China rendeu manchetes berrantes. Uma simples reunião de trabalhadores era "noticiada" como a "marcha da revolução comunista". Leonel Brizola, que como governador do Estado do Rio Grande do Sul comandou a "cadeia da legalidade" em defesa da posse de Goulart, era um dos alvos preferenciais. No dia 26 de dezembro de 1963, ele

atingiu o jornalista David Nasser, da revista O Cruzeiro e ativo conspirador pró-golpe, com dois potentes socos no saguão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Maré conservadora convergiu para o golpe

O clima no país estava carregado de golpismo. O dono do jornal Tribuna de Imprensa, Carlos Lacerda, promoveu um ciclo de palestra da escritora Suzane Labin, venenosa anticomunista francesa, que veio ao Brasil lançar seu livro Em Cima da Hora. No dia 28 de de agosto de 1963, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ela disse: "O ocidente não compreende que o combate que se deve dar aos comunistas é o da organização contra organização, homem por homem, alma por alma, vontade contra vontade. As nossas pátrias estão como um sonâmbulo à beira do precipício."

Essa maré conservadora convergiu para o golpe militar de 1964. O mentor operacional foi o adido militar de Washington no Brasil, general Vernon Walters, ex-oficial de ligação do Exército dos Estados Unidos junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial. Walters era o confidente dos conspiradores militares e encorajou o general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército que fora seu companheiro de quarto na Itália, a deflagrar o golpe. Uma semana antes da tomada do poder pelos golpistas, o adido militar norte-americano telegrafou a Washington dando os detalhes completos da conjura. Castelo Branco, já como presidente, ofereceu um jantar ao convidado especial Walters.

Doutrina de "segurança" anticomunista

O programa do golpe havia sido elaborado pela Escola Superior de Guerra, com ajuda de técnicos dos Estados Unidos. A doutrina dos golpistas e de seus apoiadores era a de que o Brasil deveria se alinhar incondicionalmente aos norte-americanos na marcha para a Terceira Guerra Mundial. Uma das primeiras medidas adotadas pela ditadura foi a elaboração de uma "doutrina de segurança nacional", baseada em dois conceitos: a divisão do mundo em dois blocos antagônicos e a adesão do Brasil ao "bloco democrático e cristão", sob a direção dos Estados Unidos —

dos quais o Brasil deveria considerar-se um satélite privilegiado — para combater o bloco socialista, liderado pela União Soviética.

O Ato Institucional (AI) passou a ser o instrumento para a ditadura "legalizar" suas ações políticas não previstas na legislação e contrárias à Constituição. O AI-1, de 9 de abril de 1964, transferiu o poder aos militares golpistas e suspendeu por dez anos os direitos políticos de centenas de pessoas. Em outubro de 1965, o AI-2 concedeu à Justiça Militar a competência de julgar "crimes contra a segurança nacional".

A estrutura do poder ditatorial foi sendo montada gradativamente, com o Executivo concentrando funções e sob controle do Estado-Maior das Forças Armadas, do Alto Comando das Forças Armadas e do Departamento de Administração da Polícia Civil (este último um organismo de consulta). Foram também criados mais dois órgãos: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O poder legislativo foi restringido — e, posteriormente, com o AI-5, fechado — e o poder judiciário limitado à função de supervisionar os atos determinados pelo CSN. Todos os suspeitos de atividades contra a "segurança nacional" passaram a ser julgados por tribunais militares.

Combate estratégico no Araguaia

O Brasil já havia passado por quarteladas — como a derrubada do governo de Getúlio Vargas em 1945 e a tentativa de impedir as posses de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mas em 1964 foi levado a cabo um projeto das forças mais reacionárias internas e externas, que vinha sendo gestado desde a criação da Escola Superior de Guerra em 1949, no berço da Guerra Fria.

No documento O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos, redigido logo após a derrubada de João Goulart, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) avaliou que o ocorrido era resultado dos

Chegada das tropas do exército na região do Araguaia..

avanços de um projeto estratégico. Para combatê-lo, era necessário pôr em prática outro projeto estratégico: a União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista, título de outro documento dos comunistas. "Perigo sem precedente paira sobre o Brasil, sujeito a viver longo tempo sob o regime ditatorial, a ter seu desenvolvimento interrompido e a perder suas características de nação independente", disse o PCdoB. "Em tal circunstância, nenhum problema pode sobrepor-se ao objetivo de salvar o país desse perigo."

Numa certa altura, o texto do PCdoB apontou a guerrilha como uma das principais formas de luta contra a ditadura. "A idéia de que é indispensável empunhar armas para libertar o país do atraso e da opressão vem ganhando força", diz o documento. "A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular". Essa história terminou com o combate entre militares golpistas e a Guerrilha do Araguaia, na primeira metade da década de 70 — e que, somado a outras ações da resistência democrática, foi fundamental para a derrubada da ditadura.

As forças militares mobilizadas para o combate final no Araguaia foram gigantescas. Os golpistas haviam avaliado a dimensão do movimento guerrilheiro e chegado à conclusão de que ele era resultado de um planejamento estratégico do PCdoB. Houve, no final das contas, um choque entre duas concepções para o país, radicalmente opostas — com a diferença de que uma mobilizou um ideal democrático e outra uma gigantesca máquina de guerra fascista. A história mostrou que o ideal democrático estava com a razão.

A estrutura social brasileira

A maioria dos jovens que viveu intensamente os "anos rebeldes" e amou os Beatles e os Rolling Stones lembra muito bem como foram os anos de chumbo no Brasil. Uns saíram ilesos, outros não. Passados 47 anos do golpe, que lição podemos tirar daquele episódio? Antes tudo, é preciso constatar que a disposição das peças no tabuleiro do Brasil de hoje tem como referência o fio condutor da nossa história e sua acentuada inflexão em 1964. O ponto de partida é o modo como aconteceu a colonização do Brasil. Para resolver o problema da falta de mão-de-obra, os colonizadores foram buscar força de trabalho capturada na África. Depois promoveram a rota de imigração que desembocou nas fazendas de café como trabalho barato.

A chegada dos novos colonos poderia ter sido uma grande esquina na história brasileira. O esforço do governo em manter a ordem estabelecida, no entanto, atendeu à lógica da colonização, garantindo a sobrevivência da estrutura oligárquica erguida pelos latifundiários — os escravos foram substituídos por uma nova modalidade de exploração. Essa tradição foi determinante na formação das relações interclasses no Brasil. Desde as capitanias hereditárias até a década de 1950, o Brasil viveu no campo. E mesmo quem já vivia em cidades dependia grandemente da atividade agrícola.

Foi tempo suficiente para que o sistema oligárquico ganhasse raízes fundas em nossa estrutura social. Ainda hoje o país abriga enormes feudos — e aqui o sentido não é literal, ou seja, não se limita ao campo —, controlados por coronéis e jagunços. A elite brasileira espera de seus subordinados uma reverência que, não raro, causa explosões de revoltas. E, quando elas ocorrem, a estrutura oligárquica as sufoca em sangue — como ocorreu no regime de 1964.

O que aconteceu ali foi o encontro dessa acentuada inflexão do nosso fio condutor histórico com os acirramentos da geopolítica mundial. Uma análise mais profunda mostra que a oligarquia brasileira nunca teve um projeto honesto de desenvolver o país tendo como norte o interesse nacional. Ela desgosta de um projeto desenvolvimentista e distribuitivo porque isso significaria alargar o clube de proprietá-

com pendores para o fascismo e clérigos alinhados com as idéias da idade média foram os principais artífices internos do golpe.

Esse quadro evoluiu, no Brasil, para a trama golpista abertamente apoiada pelo imperialismo norte-americano. A longa duração do reinado dos golpistas — um dos mais longos das ditaduras implantadas no contexto da Guerra Fria — se explica também pelo apoio oligárquico interno.

A visão de FHC sobre a ditadura militar

Claro que muitos outros países, incluindo os Estados Unidos, lançaram mão da escravatura como modo de produção após a superação desse sistema em suas formas originais na antiguidade. Só que nenhum deles manteve a escravidão até as barbas do século XX. Nenhum deles também foi dirigido, apesar da modernização trazida pela da Revolução de 1930, pelos interesses de suas oligarquias rurais até depois da Segunda Guerra Mundial.

É certo que o combate histórico ao poder ditatorial — em especial à ditadura militar — temperou as forças democráticas e progressistas. No entanto, pouca coisa mudou na essência do modo como a elite e o povo se vêem e se relacionam. É fácil compreender essa imutabilidade se percebermos que há apenas 27 anos rompemos com a mais aguda inflexão desse pendor autoritário da oligarquia brasileira no período republicano. Esta também se amoldou às mudanças. Ao ideal oligárquico histórico se juntou a nova direita, instrumentalizada pelo capital financeiro.

FHC expôs, em 1995, o seu ponto de vista a respeito da ditadura militar durante a cerimônia de assinatura da lei que reconhece a morte de desaparecidos políticos durante os anos de chumbo. "Culpado foi o Estado, por permitir a morte na tortura em suas dependências. Culpados foram as tendências fundamentalistas que, ao invés de reconhecer diferenças e procurar convergências, insistiram no maniqueísmo", discursou ele. FHC só não explicou como poderia se fazer tudo isso à frente de tropas, fuzis e canhões. "Conclamo a nação a virar esta página da história e olhar o futuro com a convicção de que episódios semelhantes nunca mais se repetirão", disse o então presidente.

rios e, em sua concepção, isso não iria multiplicar a riqueza mas dividir a já existente.

Por nunca ter apresentado um projeto de nação ao país, a elite brasileira não deixou outra alternativa às forças que estão na margem oposta do processo histórico senão os combates acirrados. Tivemos, entre tantos outros exemplos, Zumbi dos Palmares, João Cândido, os tenentes e a Guerrilha do Araguaia. Os governos, tradicionalmente vinculados ao poder econômico, nunca funcionaram como elemento de equilíbrio nessa dicotomia.

Em escassos períodos de nossa história tivemos governos que levaram a cabo esforços conjuntos em torno de um projeto para o país, com metas para um desenvolvimento integrado. Salvo Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, e, mais recentemente, Luis Inácio Lula da Silva, sempre tivemos presidentes de governos que geriram o país de forma a criar contendores com valores, idéias e metas radicalmente opostas. Governaram de modo a fazer com que o século XIX nunca terminasse por aqui.

O modo de produção baseado na escravidão foi oficialmente abolido, o sistema político passou de monarquia a República e o país trocou o campo pela cidade. A estrutura social básica, no entanto, permaneceu. O que se viu no Brasil foi um aburguesamento das antigas classes enraizadas na colônia. A corte — famílias tradicionais, proprietárias e próximas ao poder — adotou superficialmente o padrão burguês de comportamento de modo a perpetuar o seu domínio político e econômico.

A partir desse raciocínio, não fica difícil entender as dificuldades que um projeto nacional honesto enfrenta para se instalar no país. Por isso, a luz no fim do túnel político de uma idéia de unidade nacional no Brasil sempre foi fraca. Getúlio Vargas e seu projeto de união nacional foram derrubados em 1945. Voltaram em 1950 e o presidente saiu morto do Palácio do Catete — então a sede do governo federal.

Juscelino Kubitschek quase não tomou posse. João Goulart assumiu precariamente e sofreu o golpe que instalou os setores mais reacionários no comando do país. Latifundiários, mídia, líderes políticos direitistas

Como se sabe, as bandeiras que mobilizaram a resistência democrática à ditadura militar estão aguardando solução. Portanto, essa não é uma página que pode ser virada ao sabor dos interesses da oligarquia. Quanto a não repetir esses "episódios", isso não depende de governos como foram os de FHC. Depende da luta militante para que as liberdades democráticas conquistadas avancem no sentido de mudanças profundas na estrutura social brasileira.

A campanha pelas eleições diretas, embora a derrota da emenda no Congresso Nacional, foi o ponto culminante para a derrocada dos militares no colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves.

**Osvaldo Bertolino é jornalista e editor do Portal da Fundação Grabois. O presente artigo foi publicado originalmente no portal do Instituto Maurício Grabois (grabois.org), por ocasião dos 47 anos do golpe militar no Brasil.*

ANEXO IV

A mídia e o golpe militar de 1964

*Altamiro Borges**

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA 6.ª PÁGINA

O GLOBO

Ressurge a Democracia!

O 1º de abril, marca o dia do fatídico golpe civil-militar de 1964. Na época, o imperialismo estadunidense, os latifundiários e parte da burguesia nativa derrubaram o governo democraticamente eleito de João Goulart. Naquela época, a imprensa teve papel destacado nos preparativos do golpe. Na sequência, muitos jornalões continuaram apoiando a ditadura, as suas torturas e assassinatos. Outros engoliram o seu próprio veneno, sofrendo censura e perseguições.

Nesta triste data da história brasileira, vale à pena recordar os editoriais dos jornais burgueses – que clamaram pelo golpe, aplaudiram a instalação da ditadura militar e elogiaram a sua violência contra os democratas. No passado, os militares foram acionados para defender os saqueadores da nação. Hoje, esse papel é desempenhado pela mídia privada, que continua orquestrando golpes contra a democracia. Daí a importância de relembrar sempre os seus editorais da época:

O golpismo do jornal O Globo

*"Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais". **O Globo, 2 de abril de 1964.***

"Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada..., atendendo aos anseios nacionais de paz, tranqüilidade e progresso... As Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal. ***O Globo, 2 de abril de 1964.***

"Ressurge a democracia! Vive a nação dias gloriosos... Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a ancora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassínio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada". O Globo, 4 de abril de 1964.

"A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista". ***O Globo, 5 de abril de 1964.***

Conluio dos jornais golpistas

"Minas desta vez está conosco... Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições". ***O Estado de S.Paulo, 1º de abril de 1964.***

"Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu". ***Tribuna da Imprensa, 2 de abril de 1964.***

"Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas". ***Jornal do Brasil, 1º de abril de 1964.***

"Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada". ***Jornal do Brasil, 1º de abril de 1964.***

"Pontes de Miranda diz que Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la". ***Jornal do Brasil, 6 de abril de 1964.***

"Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade". ***O Estado de Minas, 2 de abril de 1964.***

"A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento". O Dia, 2 de abril de 1964.

"A paz alcançada. A vitória da causa democrática abre o País a perspectiva de trabalhar em paz e de vencer as graves dificuldades atuais. Não se pode, evidentemente, aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil". ***O Povo, 3 de abril de 1964.***

"Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da

*República... O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que obteve". **Correio Braziliense, 16 de abril de 1964.***

Apoio à ditadura sanguinária

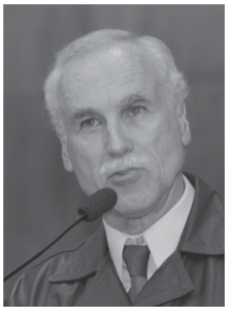
*"Um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama". **Folha de S.Paulo, 22 de setembro de 1971.***

*"Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se. Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o país, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já a destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades". **Jornal do Brasil, 31 de março de 1973.***

*"Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada". **Editorial de Roberto Marinho, O Globo, 7 de outubro de 1984.***

**Altamiro Borges é jornalista, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e autor do livro "A ditadura da mídia". O presente artigo foi originalmente publicado em seu blog (http://altamiroborges.blogspot.com.br), por ocasião da passagem dos 47 anos do golpe militar no Brasil.*

Raul Kroeff Machado Carrion



Raul Carrion é deputado estadual e Líder do PCdoB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, historiador graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado pela FAPA (Faculdades Porto-Alegrenses). No curso de história, seu trabalho de conclusão versou sobre "O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul - 1922-1929", temática que estuda há alguns anos.

Dirigente estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul desde 1970, Carrion alia a pesquisa histórica à vivência prática na militância partidária por mais de 40 anos. Em conseqüência de sua luta, foi preso em 1971 e barbaramente torturado. Libertado e perseguido, foi forçado ao exílio no Chile e na Argentina, onde organizou o trabalho entre os exilados.

Em 1976, retornou clandestinamente ao Brasil, trabalhando como metalúrgico em Santos, S. Paulo e Goiás. Com a queda da Lapa e o assassinato, sob torturas, de João Baptista Drummond, que era o seu contato em Goiás, perdeu a ligação com o partido. Em 1977, viajou clandestinamente à Argentina para restabelecer o contato com o Comitê Central. Após, viajou para Porto Alegre para restabelecer a ligação do PCdoB no Rio Grande do Sul com o Comitê Central, retornando em seguida para Goiás. Somente com a anistia, em fins de 1979, retornou definitivamente a Porto Alegre.